



# Disciplina de Mercado

## Relatório Anual de Divulgação Pública de Informação

Data de referência: Dezembro de 2012



## RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

1.	Introdução.....	3
2.	Nota Introdutória .....	5
3.	Declaração de Responsabilidade .....	10
4.	Gestão de Risco .....	11
5.	Adequação de Capitais.....	14
6.	Risco de Crédito – Aspetos Gerais .....	16
7.	Risco de Crédito – Método Padrão .....	21
8.	Técnicas de Redução do Risco de Crédito.....	22
9.	Outros Riscos.....	23
10.	Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital .....	24
	Anexos .....	26

## 1. Introdução

O presente relatório pretende dar informação, complementar ao anexo às demonstrações financeiras anuais, sobre as posições e a atividade da Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., adiante designada por “Garval”. Este relatório decorre essencialmente do previsto no Aviso nº 10/2007, do Banco de Portugal, o qual consiste na transposição para o enquadramento normativo nacional do Pilar III – Disciplina de Mercado de Basileia II (*Disclosure*). A ordem de apresentação da informação é maioritariamente a estipulada no referido Aviso, apresentando-se, sempre que relevante, informação adicional ou mais detalhada.

O Conselho de Administração da Garval mantém uma preocupação permanente em comunicar com os seus *stakeholders*, pelo que o Relatório de Disciplina de Mercado é tido como uma oportunidade para atingir este fim, enquadrando-se, assim, nos princípios orientadores da Sociedade.

Na prossecução do objetivo do reporte, o mesmo é composto, para além deste, por nove capítulos, cujo conteúdo é o descrito de forma sucinta seguidamente:

- **Nota Introdutória:** âmbito de aplicação do documento;
- **Declaração de Responsabilidade:** conforme estabelecido no Anexo I do Aviso nº10/2007, o Conselho de Administração atesta a qualidade e a veracidade da informação expressa no restante documento;
- **Gestão de Risco:** âmbito de aplicação e objetivos e políticas de gestão de riscos;
- **Adequação de Capitais:** análise das principais componentes de fundos próprios e da adequação do capital económico;
- **Risco de Crédito Aspectos Gerais:** descrição da estratégia e políticas de gestão do risco de crédito;
- **Risco de Crédito – Método Padrão:** caracterização da carteira de crédito de acordo com os ponderadores de risco que lhe estão associados;
- **Técnicas de Redução do Risco de Crédito:** descrição da estratégia e métodos de mitigação do risco de crédito;
- **Outros Riscos:** políticas associadas a riscos que não de crédito e sua forma de controlo;

Denominação do Reporte	Disciplina de Mercado
Suporte Regulamentar	Aviso nº 10/2007
Periodicidade de Divulgação	Anual
Base de Reporte	Individual
Referência	Ano 2012

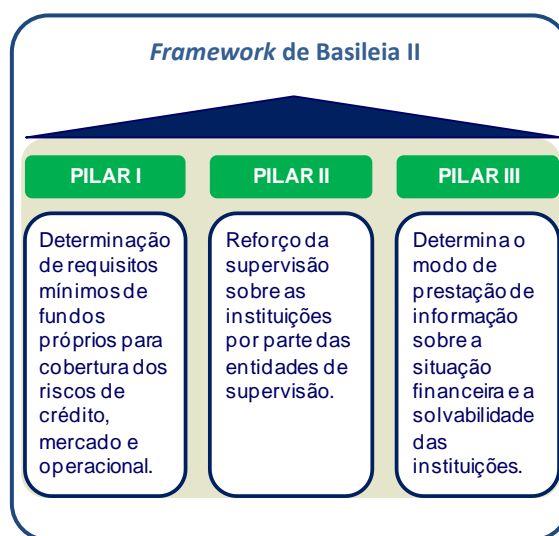


Figura 1- Framework de Basileia II

## RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

### INTRODUÇÃO

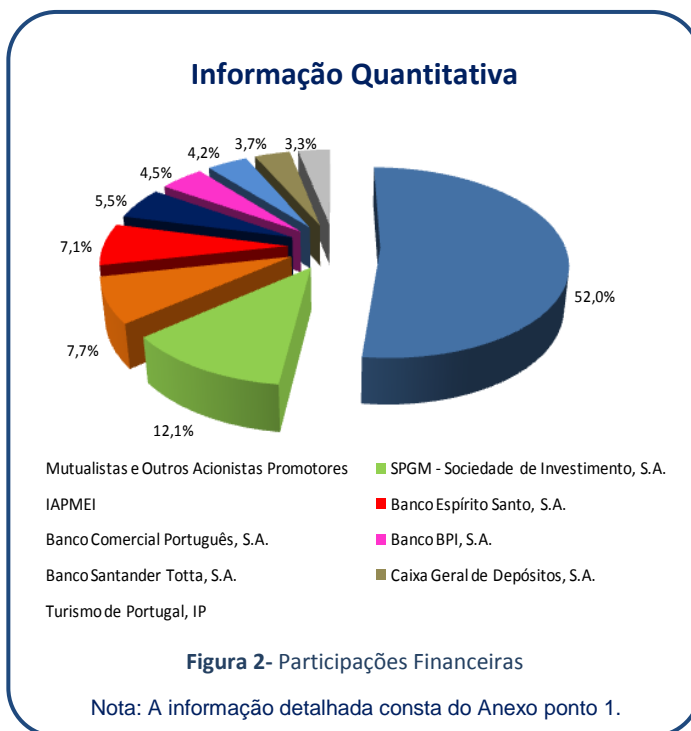
- **Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital:** principais conclusões dos testes de esforço realizados à capacidade de solvência da Sociedade;
- **Anexos:** Informação complementar.

Apenas foram consideradas as secções do Aviso acima referido, aplicáveis à Sociedade.

Podem existir alterações não significativas, nos valores reportados em relação à informação divulgada com referência ao período anterior devido a correções, posteriores à publicação, nos dados de suporte.

## 2. Nota Introdutória

A Garval, constituída em 14 de Novembro de 2002, atualmente com 3 agências – Santarém, Leiria e Coimbra –, é uma Instituição de Crédito privada de cariz mutualista, enquadrada no Sistema Nacional de Garantia Mútua, cujo objetivo passa por impulsionar o investimento, a modernização e a internacionalização das micro e pequenas e médias empresas, mediante a prestação de garantias financeiras com o intuito de facilitar a obtenção de crédito em condições adequadas à dimensão e ciclo de atividade da empresa assim como ao investimento pretendido pela mesma.



O modelo de funcionamento do Sistema Nacional de Garantia Mútua assenta na partilha de risco com outras instituições de crédito, com óbvias vantagens para todos os intervenientes, quer seja pela diminuição do risco assumido pelos bancos, quer pela alavancagem de capital investido na contragarantia por parte dos dotadores públicos, quer ainda pelo suporte à concretização dos projetos das empresas de uma forma economicamente racional e sustentável. Iniciou a sua atividade em Janeiro de 2003 e enquadra-se no Sistema Nacional de Garantia Mútua. A Sociedade é participada por empresas e associações empresariais, pelo Estado Português através do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P. e do Turismo de Portugal, I.P., pela SPGM e por Instituições Bancárias como o BES, BCP, BBPI, BST e a CGD, entre outras.

## RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

NOTA  
INTRODUTÓRIA

ORGANIGRAMA

O Sistema Nacional de Garantia Mútua assenta em três pilares:

- Sociedades de Garantia Mútua, que prestam garantias em favor das PME ou entidades representativas destas;
- Um fundo nacional de “resseguro”, que cobre parte do risco das Sociedades de Garantia Mútua, alavancando a sua capacidade de apoio às PME. Este mecanismo, dotado com fundos públicos, é o Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM);
- Uma entidade “coordenadora” de todo o sistema, que gere o FCGM e dinamiza quer a criação e desenvolvimento das Sociedades de Garantia Mútua, quer a imagem do produto garantia mútua em favor das PME, ao mesmo tempo que presta serviços de centro de serviços partilhados às entidades do sistema. Essa entidade é a SPGM, que funciona na prática como “holding” do sistema.

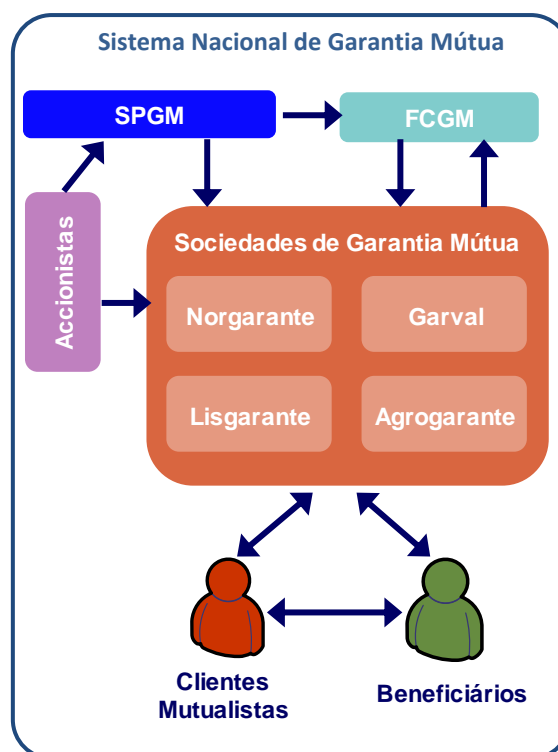


Figura 3- Sistema Nacional de Garantia Mútua

A aproximação direta ao mercado envolve uma continuada transformação da estrutura da Garval, processo que se iniciou em 2007 e cujos resultados são visíveis, nomeadamente no que respeita à evolução da carteira. A opção por esta estratégia implica um esforço adicional para toda a estrutura, nomeadamente no que respeita à produtividade e à coordenação interna, ao mesmo tempo que pressiona a estrutura de custos obrigando a um controlo rigoroso. A curva de crescimento verificada ao longo do período de atividade é demonstrativa da recetividade da garantia mútua pelas empresas e da conquista de confiança junto dos bancos, nossos parceiros em operações de financiamento.

O ano de 2012 foi pela conjuntura um ano difícil, mas um ano onde a Garval desde o início se propôs a acompanhar os empresários, como um parceiro fundamental para enfrentar as dificuldades correntes, que a crise económica trouxe para o mercado do crédito.

No primeiro semestre de 2012 foi celebrado um novo protocolo entre a Região Autónoma dos Açores, dez Instituições de Crédito e a Garval, que define a designada "Linha de Crédito Açores Empresas III". Esta Linha de Crédito com um montante global que vai até 20 Milhões de Euros, será garantida pela

SGM que assumirá até 75% do risco de financiamentos a conceder por parte das Instituições de Crédito.

Esta nova linha vem permitir às empresas combater as dificuldades sentidas no acesso ao crédito, de modo a aumentar a competitividade da região por via de um reforço efetivo no investimento empresarial. Ainda no primeiro semestre, foi aberta uma nova Linha de Crédito, a PME Crescimento. Esta nova Linha disponibilizou um montante global de 1.500 milhões de euros, dos quais 250 milhões de euros foram destinados a uma Linha de Micro e Pequenas Empresas, 750 milhões de euros a uma Linha Geral e 500 milhões de euros a uma Linha de apoio à Exportação.

Já durante o segundo semestre, dado ao sucesso inicial da linha PME Crescimento, com uma taxa de execução de 85%, foi anunciado um reforço de 1000 milhões de euros, conseguindo assim continuar a auxiliar as empresas que devido à conjuntura económica adversa, enfrentam dificuldades de acesso ao crédito. As condições iniciais de acesso foram mantidas, mas podemos destacar que houve uma repartição de 350 milhões de euros para empresas exportadoras, 250 milhões de euros para as micro e pequenas empresas e 400 milhões de euros em linha geral. Desde o lançamento da linha em Janeiro, já foram apoiadas mais de 9000 PME's, num montante global de 1380 milhões de euros.

Também o Turismo de Portugal anunciou novas linhas de crédito em parceria com o SNGM, para o apoio ao reforço de tesouraria e também para o apoio à qualificação e oferta, das empresas do sector do turismo. A linha de apoio à tesouraria tem um orçamento de 80 milhões de euros e traduz-se na possibilidade de antecipação de recebimentos de terceiros, sobretudo de faturas. Já a linha de apoio à qualificação e oferta, visa o auxílio à requalificação de empreendimentos existentes, com uma dotação de mínima de 120 milhões de euros, dos quais 60 milhões são alocados diretamente pelo Turismo de Portugal. É importante realçar também que ambas as linhas estão abrangidas por um período de carência de reembolso do financiamento contratado, ao abrigo deste mesmo protocolo.

No final deste último semestre foi também apresentada a nova linha Invest QREN – Linha de Financiamento Empresarial no QREN. Promovida pela SPGM (Entidade Gestora da Linha), que tem como finalidade apoiar as empresas e a envolvente empresarial, com o objetivo de minimizar os efeitos adversos da crise económica, promovendo o financiamento da contrapartida nacional privada, associada à realização de operações cofinanciadas pelo FEDER no âmbito do QREN. Foi então assim disponibilizado um montante global de 1000 milhões de euros, dos quais 500 milhões são provenientes dos recursos do empréstimo-quadro (QREN EQ) celebrado entre o Estado português e o

Banco Europeu de Investimento (BEI) e os restantes 500 milhões são provenientes de recursos próprios dos fundos das instituições de crédito aderentes.

Apesar de 2012 ter sido um ano onde o sector empresarial foi bastante afetado pela atual crise económica, o SNGM sentiu ainda mais como um dever a realização do 5º Fórum Empreendedorismo no início de 2013. Foram aprofundados temas como o financiamento, as potencialidades da Garantia Mútua no apoio ao empreendedorismo, à expansão e internacionalização das empresas portuguesas, os recursos nacionais, o papel da economia social, da educação e da formação, e a construção de “uma nova economia para Portugal”. O evento foi promovido pelo Sistema Nacional de Garantia Mútua sob o lema “A audácia de mudar”, tendo-se debatido e apontado estratégias a seguir para ultrapassar a crise e dar novos rumos à economia nacional, a partir de contributos de cerca de 1.500 empresários, gestores, decisores políticos e académicos. Este fórum teve como objetivo fazer um balanço daquilo que foi a realidade empresarial portuguesa em 2012 e projetar um futuro em conjunto com os diversos parceiros, de modo a que o SNGM possa evoluir em conformidade com as necessidades das empresas portuguesas.



## RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

NOTA  
INTRODUTÓRIA

ORGANIGRAMA

O organigrama da Sociedade é o que se apresenta a baixo.

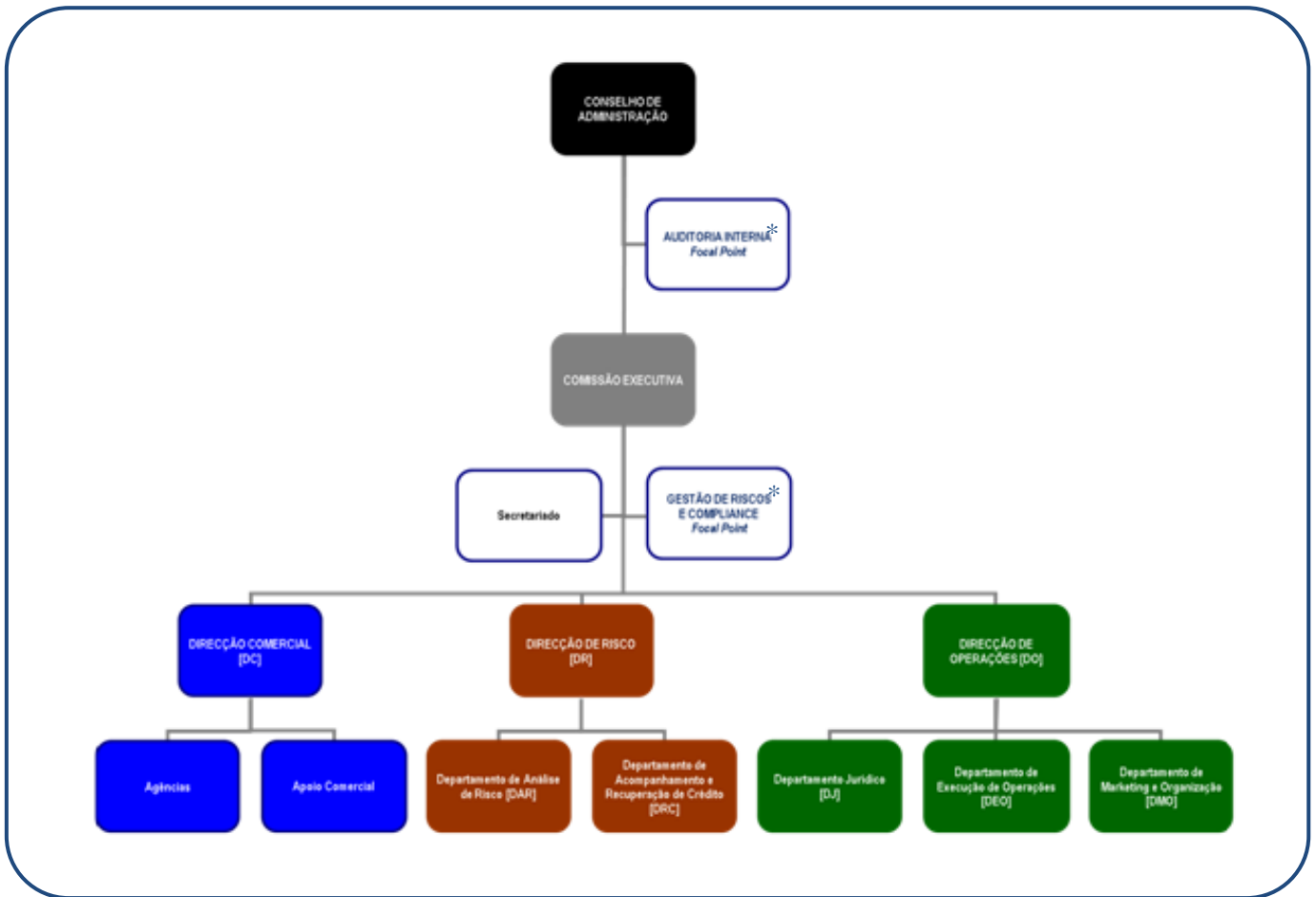


Figura 4 – Organigrama da Sociedade

\* As funções de Gestão de Riscos, Compliance e Auditoria Interna são asseguradas centralmente pela SPGM, para todas as entidades do Sistema Nacional de Garantia Mútua (SNGM), existindo em cada SGM um técnico dedicado (focal point), que trata de cada uma destas áreas e articula com a Direção Central na SPGM.

### 3. Declaração de Responsabilidade

DECLARAÇÃO DE  
RESPONSABILIDADE

O Conselho de Administração da Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A.:

- Certifica que foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que, tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna;
- Assegura a qualidade de toda a informação divulgada,
- Compromete-se a divulgar, de forma tempestiva, quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquele a que o documento se refere.

Não se verificou a ocorrência de quaisquer eventos relevantes entre o termo do exercício a que o presente reporte se refere e a data da sua publicação.

*Assinaturas:*

## 4. Gestão de Risco

A gestão do risco constitui, para a Sociedade, uma atividade de primordial importância, para a qual estão definidos princípios orientadores, processos, uma estrutura organizacional e sistemas de medição, cobertura e monitorização do risco.

### 4.1 Princípios Orientadores e Estratégia

Os princípios orientadores e estratégia da Garval constituem a salvaguarda da sua solidez financeira, assegurando a conformidade com o enquadramento regulamentar, assim como a identificação, medição e monitorização dos riscos da atividade.

Devido à unicidade do negócio da Sociedade, centrada na prestação de garantias, o risco de crédito é aquele que assume uma expressão de maior relevância. O risco de crédito consiste na ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte respeitar os seus compromissos financeiros perante a Sociedade.

O risco operacional é, ainda que numa menor escala, um risco considerado como relevante pelo Conselho de Administração consistindo na ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da atividade ser afetada devido à utilização de recursos em regime de *outsourcing*, da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infraestruturas.

### 4.2 Processos de Gestão

Na prossecução da estratégia definida e tendo em conta a importância de um assertivo acompanhamento e avaliação do risco, a Sociedade acompanha a evolução da carteira com indicadores de gestão mensais, nos quais se inclui o rácio de solvabilidade.

O sistema de controlo interno é monitorizado e avaliado sendo identificadas as principais fragilidades e definidos planos de ação, acompanhados pelo Conselho de Administração. Pela adoção das normas de Basileia II a Sociedade adotou a abordagem *standard* no que se refere ao cálculo dos requisitos mínimos de fundos próprios afectos ao risco de crédito e a abordagem do indicador relevante relativamente ao risco operacional. Adicionalmente, implementou novos processos de gestão e monitorização do risco, dos quais se destacam a execução de testes de esforço para os riscos identificados na secção 4.1 e a avaliação da adequação do seu capital interno.

A Sociedade desenvolveu ainda todas as iniciativas conducentes ao cumprimento dos normativos do Banco de Portugal e demais legislação enquadrados no processo de supervisão bancária, tendo o Conselho de Administração incorporado todos estes processos como ferramentas de gestão.

### 4.3 Estrutura Organizacional

A gestão dos riscos relevantes a que a Sociedade está exposta é assegurada pelas seguintes unidades e funções com responsabilidades específicas:

- **Conselho de Administração:** define as orientações estratégicas da Sociedade e aprova o plano de atividades, garantindo que o mesmo contempla as atividades necessárias para ultrapassar as insuficiências detetadas na gestão dos riscos a que a Sociedade está exposta;
- **Comissão Executiva:** acompanha e garante a execução das atividades previstas no âmbito da gestão dos riscos;
- **Direção de Gestão de Riscos e Compliance (transversal ao SNGM)** e subdividida nos Departamentos de:
  - ♦ **Gestão de Riscos:** identifica, avalia e controla os diferentes tipos de riscos assumidos, implementando políticas, homogeneizando princípios, conceitos e metodologias do Sistema Nacional de Garantia Mútua desenvolvendo ainda técnicas de avaliação e otimização de capital;
  - ♦ **Compliance:** tem como missão assegurar o cumprimento pela Sociedade e pelos seus colaboradores das regras legais, estatutárias, regulamentares, éticas e de conduta aplicáveis;
- **Direção de Auditoria Interna (transversal SNGM):** tem como missão avaliar a adequação e eficácia dos processos de gestão de riscos, e do sistema de controlo interno;
- **Direção de Risco da Sociedade:** concretamente no caso do risco de crédito, analisa a situação económica e financeira das empresas proponentes das garantias, emite pareceres sobre as operações de garantia propostas pela Direção Comercial e acompanha as empresas em situação económico-financeira difícil.

### 4.4 Sistemas de Informação e Medição do Risco

A plataforma informática da Sociedade, constituída pelos sistemas de informação e pelas infraestruturas físicas, é essencialmente suportada pela SPGM, enquanto prestadora de serviços desta natureza para todas as SGM. A este nível têm vindo a ser realizados investimentos relevantes em sistemas e infraestruturas para dar resposta ao crescimento da atividade e do respetivo número de transações.

GESTÃO DE RISCO
PRINCÍPIOS ORIENTADORES E ESTRATÉGIA
PROCESSOS DE GESTÃO
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DE MEDIÇÃO DO RISCO
POLÍTICAS DE COBERTURA E DE REDUÇÃO DO RISCO
ESTRATÉGIAS E PROCESSOS DE MONITORIZAÇÃO

#### 4.5 Políticas de Cobertura e Redução do Risco

A política de cobertura e redução do risco de crédito depende em grande medida da utilização do FCGM e da obtenção de colaterais de crédito dos seus clientes.

Nas operações de crédito, o FCGM contragarante, no mínimo, 50% do valor de cada garantia prestada. Em operações associadas a financiamento bancário de médio e longo prazo verificadas determinadas condições, a contragarantia poderá elevar-se para 75% pode ainda, sob determinadas circunstâncias, ser superior.

A Sociedade detém, ainda, o penhor das ações representativas do seu capital, adquiridas pelos mutualistas, como previsto na lei, bem como, a condição de *negative pledge* sobre bens da empresa. Para além destas, a Sociedade pode solicitar, de acordo com a análise do grau de risco inerente à operação, contragarantias reais e pessoais.

Para fazer face aos riscos operacional, de sistemas de informação e de *compliance*, a Sociedade tem vindo a aumentar o investimento na informatização das atividades e a implementar controlos internos com o objectivo de diminuir a ocorrência de eventos associados a este tipo de riscos.

No capítulo 9. Risco Operacional é abordada, em maior detalhe, a forma de gestão do risco operacional.

#### 4.6 Estratégias e Processos de Monitorização

O objectivo primordial da estratégia de monitorização dos riscos consiste na identificação antecipada de questões que possam desencadear problemas de liquidez e solvabilidade.

Os principais processos de monitorização correspondem ao acompanhamento de indicadores de gestão mensais pela Comissão Executiva (por exemplo o acompanhamento mensal do rácio de solvabilidade), a avaliação da adequação do capital interno (descrito no ponto 5.2 ICAAP), a realização de testes de esforço (descrito no ponto 10 Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital), a avaliação do sistema de controlo interno e a avaliação da necessidade de constituir provisões para fazer face ao risco da carteira de crédito.

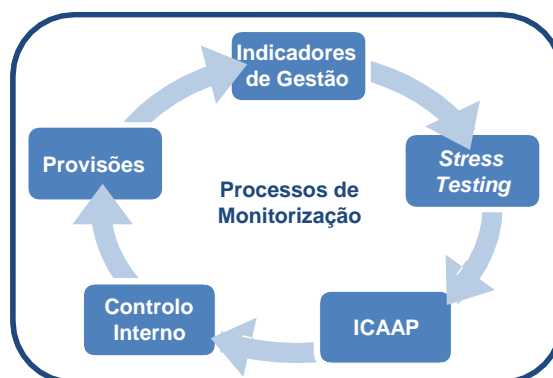


Figura 5 – Processo de Monitorização

## 5. Adequação de Capitais

Neste capítulo são caracterizados os fundos próprios e a sua variação face ao ano anterior, assim como o processo de avaliação de adequação de capital interno.

### 5.1 Caracterização de Fundos Próprios

O apuramento dos Fundos Próprios está regulamentado no Aviso nº 12/92 do Banco de Portugal, com as alterações efetuadas desde a sua publicação. Os Fundos Próprios Totais correspondem à soma dos Fundos Próprios de Base (também designados de “Tier1”), com os Fundos Próprios Complementares (designados de “Tier 2”) e pelos Fundos Próprios Suplementares (“Tier3”). A principal parcela dos Fundos Próprios da Garval corresponde aos Fundos Próprios de Base após deduções, nos quais se incluem fundamentalmente: capital realizado, reservas legais e estatutárias e resultados transitados.

Os fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade totalizaram, em Dezembro de 2012, 51,3 milhões de euros, o que representa um aumento de aproximadamente 3,98% face a 2011 (vide Figura 6).

Os fundos próprios base representam 99,5% dos fundos próprios totais. O capital realizado ascendeu a 50 milhões de euros. A Garval utiliza o método padrão para apuramento dos requisitos de capital regulamentar, mantendo os seus níveis de capital adequados à sua atividade presente assim como à sua estratégia futura. Os requisitos de fundos próprios totalizaram, em 2012, 19,3 milhões de euros, o que corresponde a um decréscimo de, aproximadamente, 4,90% face a 2011.

O requisito de fundos próprios está afeto, em 90,9%, ao

#### Informação Quantitativa

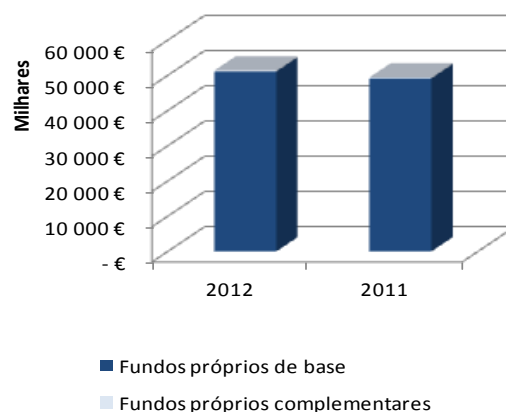


Figura 6 – Composição dos Fundos Próprios



Figura 7 – Composição dos Requisitos de Fundos Próprios

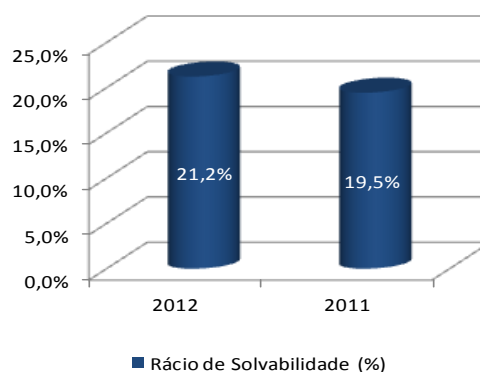


Figura 8 – Rácio de Solvabilidade

Nota: A informação detalhada consta do Anexo ponto 2.

risco de crédito e o remanescente ao risco operacional (vide Figura 7).

A Sociedade mantém, em 2012, níveis de solvabilidade superiores ao valor mínimo exigido pelo Banco de Portugal.

Em Dezembro de 2012, o rácio de solvabilidade ascendeu a 21,2%, verificando-se um crescimento face ao período homólogo de 1,7 pontos percentuais, mantendo deste modo os níveis de solvabilidade em patamares adequados.

### 5.2 ICAAP

No sentido de inferir quanto à adequabilidade do capital interno e dar resposta à Instrução n.º 15/2007 denominada “Processo de Autoavaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP)”, a Sociedade procedeu à definição das abordagens para cálculo do capital económico dos riscos de crédito, operacional e de estratégia, apoiando-se para tal num grupo de trabalho definido ao nível do Sistema Nacional de Garantia Mútua, responsável pelo planeamento do ICAAP sendo constituído pela diretora de gestão de riscos, administradores residentes de todas as sociedades e diretor geral da Agrogarante .

O modelo de governação para elaboração do ICAAP envolve ainda as seguintes unidades de estrutura, cuja competência é abaixo descrita:

- **Comité do Sistema de Garantia Mútua: planeamento do ICAAP e análise dos planos de ação;**
- **Conselho de Administração:** definição dos objetivos de gestão e aprovação dos planos de ação;
- **Áreas Operacionais da Sociedade:** disponibilização de informação e, se aplicável, implementação dos planos de ação;
- **SPGM:** Departamento de Gestão de Riscos: preparação e execução do cálculo do capital económico, preparação do relatório, e apoio e controlo da implementação dos planos de ação.

A abordagem de cálculo do capital económico integra a realização de testes de esforço para avaliar a solidez da Sociedade perante cenários considerados plausíveis.

Após o apuramento do capital económico é realizada uma comparação entre o valor apurado e os fundos próprios disponíveis, através da qual são tomadas decisões ao nível da alocação e adequação do capital interno.

O último reporte do ICAAP ao Banco de Portugal foi realizado no final do primeiro trimestre de 2012.

### 6. Risco de Crédito – Aspectos Gerais

Neste capítulo é caracterizada a gestão e exposição da Sociedade ao risco de crédito.

#### 6.1 Conceitos

O risco de crédito pode ser definido como o risco de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento de clientes relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com a Sociedade no âmbito da sua atividade de prestação de garantias.

Com vista à determinação do crédito objeto de imparidade, a Sociedade efetua uma revisão mensal da sua carteira de crédito recorrendo à análise das contas da empresa, informação de rating externo da existência de incidentes de crédito (internos ou externos) e informações recolhidas no processo de acompanhamento de empresas.

Para efeitos contabilísticos, a rubrica crédito e juros vencidos refere-se a comissões vencidas e execuções de garantias, o crédito em incumprimento representa o crédito vencido há mais de 30 dias mais o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento, sendo feita a aplicação da alínea a) do n.º 1 do n.º 4 do Aviso nº3/95.



RISCO DE CRÉDITO  
ASPECTOS GERAIS

CONCEITOS

RISCO DE  
CONCENTRAÇÃO

CORREÇÕES DE VALOR E  
PROVISÕES

CRÉDITO

## 6.2 Risco de Concentração

No sentido de avaliar a concentração das posições em risco da carteira de crédito, cujo valor ascendeu, em Dezembro de 2012, a 641 milhões de euros, foram analisadas, a distribuição geográfica e setorial da carteira, o número de garantias pelo montante das mesmas bem como o número de garantias por beneficiário e a concentração por cliente.

Tal como decorre da distribuição estratégica de atuação das Sociedades de Garantia Mútua pelo país, e como é visível na Figura 9, as operações associadas às posições em risco situam - se na zona Centro do país. Pelo mesmo motivo podemos verificar um maior nível de atividade nos locais onde a Garval tem as suas agências Leiria, Coimbra e Santarém.

A análise por setor consistiu a afetação das posições em risco por CAE (Código das Atividades Económicas) de 1º nível (Figura 10) sendo depois feita a análise mais detalhada do CAE como maior peso na carteira da Garval, isto é, a indústria transformadora (34,26%).

A este nível, e como é visível na Figura 11, a indústria metalúrgica (21,95%), seguida da indústria de química (17,09%) e da indústria alimentar, bebidas e tabaco (12,65%) são as que têm maior parcela da carteira de garantias da Sociedade.

### Informação Quantitativa

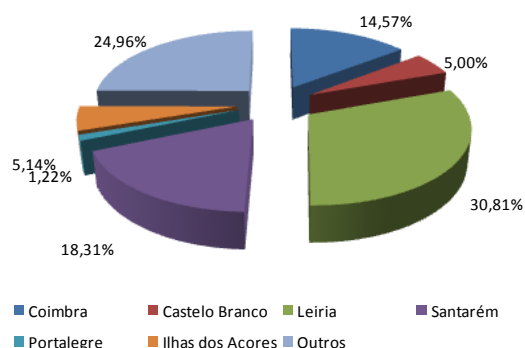


Figura 9 – Segmentação por Distrito

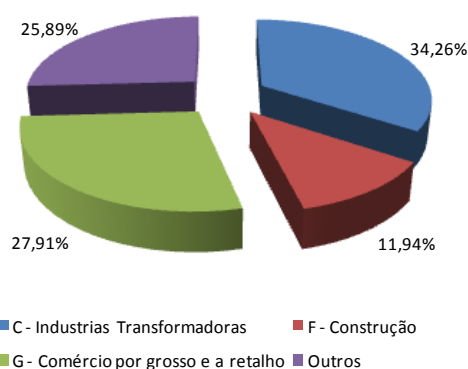


Figura 10 – Segmentação por Sector

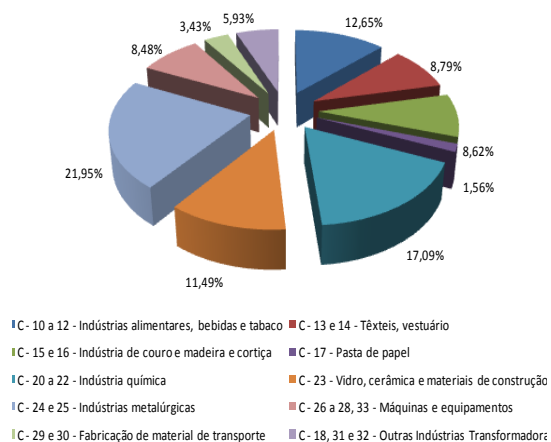


Figura 11 – Segmentação do CAE C - Industrias Transformadoras

## RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

### RISCO DE CRÉDITO ASPECTOS GERAIS

Relativamente ao prazo de vencimento residual das posições em risco original, cerca de 72,3% das garantias vivas têm vencimento residual superior a um ano e inferior a cinco anos (vide Figura 12).

### CONCEITOS

Pela análise do número de garantias por intervalos de montante, é possível concluir, com base no Figura 13 que, cerca de 78,3% das garantias, têm um valor inferior a 50 mil euros. Confirmando o cariz do Sistema para apoio a PME e pequenos negócios.

### RISCO DE CONCENTRAÇÃO

Com base no Figura 14, conclui-se que existe uma grande diversidade das entidades beneficiárias das garantias prestadas sendo o BBPI, a CGD, o BST, o BES e o BCP os beneficiários com maior número de garantias vivas.

### CORREÇÕES DE VALOR E PROVISÕES

### CRÉDITO

### Informação Quantitativa

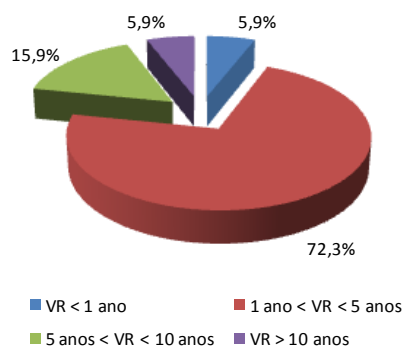


Figura 12 – Composição da Garantia Viva por Vencimento Residual

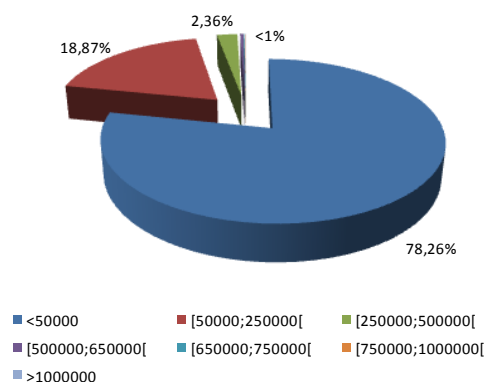


Figura 13 – Composição do Número de Garantia por Intervalos de montante das mesmas

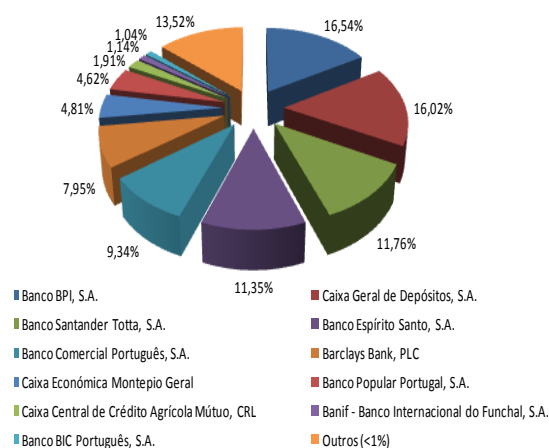


Figura 14 – Composição do Número de Garantias por Beneficiário

Nota: A informação detalhada consta do Anexo pontos 3 e 4. Os CAE estão de acordo com a revisão 3.0.

### 6.3 Correções de Valor e Provisões

A Sociedade constitui provisões para crédito vencido, riscos gerais de crédito, económicas e anticiclo.

As provisões para crédito vencido refletem o provisionamento dos documentos financeiros vencidos e das garantias pagas sendo constituídas de acordo como o Aviso nº. 3/95 do Banco de Portugal. Adicionalmente a Sociedade tem como critério o total provisionamento, no ano de execução, das garantias acionadas nesse mesmo ano.

De acordo com o apresentado na tabela 6 do Anexo a este relatório, o acréscimo de provisões para crédito

vencido é justificado, pelo agravamento da conjuntura económica nacional e europeia e o seu reflexo no tecido empresarial Português, concretizando-se num maior número de garantias acionadas.

As provisões para riscos gerais de crédito visam cobrir transversalmente o risco genérico da carteira, estipulando o Aviso nº. 3/95 do Banco de Portugal que estas devem corresponder a 1% do valor da carteira líquida da Sociedade. As provisões para riscos gerais de crédito sofreram um decréscimo face ao valor registado em 2011 devido à diminuição da carteira líquida da Garval.

Adicionalmente, e tal como é política da Sociedades, foram constituídas, neste exercício, provisões económicas de cerca de 12 milhões euros, tendo em atenção o risco específico de cada operação.

A Sociedade chegou ao final do exercício de 2012 com provisões anticiclo, no valor de 2,7 milhões de euros que, tal como as provisões económicas, têm como objetivo salvaguardar, por motivos prudenciais, a probabilidade de incumprimento de garantias. Estas provisões, ao contrário das económicas não estão afetas a nenhuma operação em concreto.

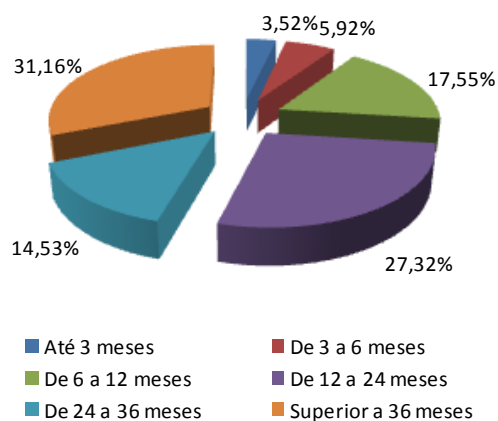
O crédito vencido totalizou, em 2012, 18,9 milhões de euros, o que corresponde a um rácio de crédito vencido de cerca de 2,95% da carteira viva no final do exercício.

A classe de crédito vencido mais expressiva corresponde ao horizonte temporal superior a 36 meses, a qual totaliza, aproximadamente, 5,8 milhões euros, (Figura 15).

O crédito vencido da Garval encontra-se provisionado em 97,8%.

#### Informação Quantitativa

Figura 15 – Composição do Crédito Vencido por Classes



### 6.4 Gestão do Risco de Crédito

Os princípios orientadores da gestão do risco são compostos pelos elementos de avaliação da área comercial e pela avaliação independente da área de risco de crédito, nomeadamente pela atribuição de rating interno, análise económica e financeira, monitorização de indicadores financeiros e setoriais assim como pelo permanente acompanhamento comercial. Todo o processo de acompanhamento tem subjacente a recolha criteriosa de informação relevante, histórico do cliente e da sua atividade a fim de identificar eventos suscetíveis de afetar a sua probabilidade de incumprimento.

Esta Informação é tratada com base no sistema interno de rating, que nesta altura, está a ser alvo de um upgrade significativo.

Verificada a ocorrência de um incumprimento por parte de um cliente, este passa a ser acompanhado por uma área específica DRC – Departamento de Acompanhamento de Recuperação de Crédito, que avalia o potencial de recuperação através da renegociação ou da execução dos colaterais existentes.

Ao nível de adequação de capital são realizados regularmente os exercícios ICAAP, testes de esforço, tendo em conta, em ambos os casos o agravamento das condições de atuação da Sociedade.

### 7. Risco de Crédito – Método Padrão

A Sociedade calcula os requisitos mínimos de Fundos Próprios de acordo com o Método Padrão, conforme previsto nos art. 10º a 13º do Decreto-Lei nº. 104/2007 de 3 de Abril, segundo as várias classes de risco, tipo de exposição e ponderador de risco, tal como decorre da Parte 2 do Anexo III ao Aviso nº. 5/2007.

De acordo com esta metodologia a avaliação do risco a que a Sociedade está exposta reflete as suas posições em risco segmentadas por classes de risco e calibrado por um conjunto de ponderadores pré-definidos pela entidade de supervisão (de acordo com Basileia II). Estes ponderadores estão dependentes em alguns casos, da existência de notações externas (ratings) e da qualidade creditícia que é indicada por essas mesmas notações. As notações externas usadas pela Sociedade para ponderação de alguns dos seus ativos para efeito de ponderação são atribuídas, segundo o Aviso nº. 5/2007 do BdP, das agências de notação Moody's, Standard & Poor's e Fitch (Aviso nº. 10/2007 do BdP). O processo de escolha da avaliação de crédito estabelecida pela agência de notação passa pela escolha dos dois ponderadores de risco mais reduzidos e, em caso de serem diferentes, o mais elevado (de acordo com o estipulado na parte 4 do Anexo III do Aviso nº. 5/2007 do BdP).

Na Figura 16, é possível verificar que a classe de risco VIII - Carteira de Retalho contempla o maior volume de posições em risco, representando 82,8% do total das posições em risco, esta classe de risco inclui a carteira de garantias da Sociedade. As restantes posições enquadram-se nas classes de risco VI – Instituições (depósitos bancários e contragarantia recebida do FCGM), IX – Posições com garantia de bens imóveis, X – Elementos vencidos e XIII – Outros elementos.

Com base no Figura 17 as posições em risco são ponderadas, sobretudo a 75% e 20%, isto é, respetivamente, carteira de retalho e posições em risco garantidas por Instituições.

Informação Quantitativa

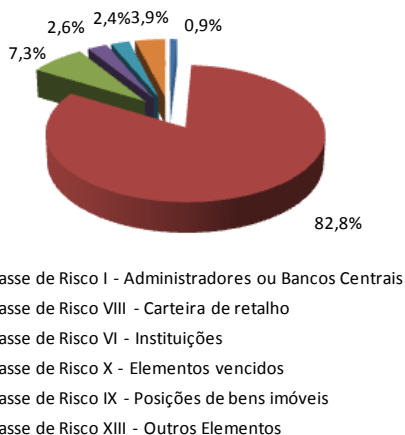


Figura 16 – Composição da Posição em Risco Original por Classe de Risco

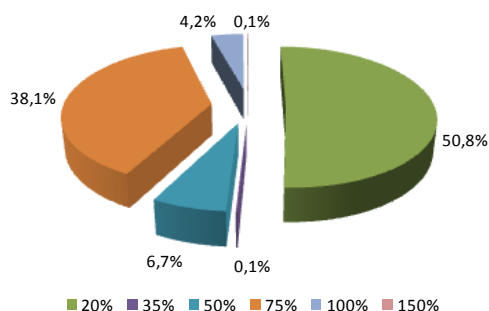


Figura 17 – Requisito de Fundos Próprios por Ponderador de Risco

## 8. Técnicas de Redução do Risco de Crédito

De acordo com os melhores princípios de gestão de risco a Garval utiliza técnicas de mitigação de risco, salvaguardando em parte os incumprimentos. Entre as mais importantes ferramentas de mitigação de risco de crédito encontram-se, ao nível das garantias pessoais, a contragarantia do FCGM e avais prestados, e das garantias reais, as hipotecas recebidas. As garantias aqui consideradas são as que cumprem os critérios de aceitação do BdP. A contragarantia prestada pelo FCGM tem o efeito de substituição de crédito o que significa que, ocorre uma transferência do risco associado à exposição original para o do prestador de proteção. No final de 2012 o Fundo de Contragarantia Mútuo cobria 80,9% da carteira de garantias da Sociedade.

Independentemente da contragarantia do FCGM a carteira está coberta por hipotecas, avais e outros colaterais.

Na figura 19 é apresentada a taxa de cobertura do FCGM por classes de risco: Classe Risco VIII - Carteira de retalho e Classe Risco IX - Posições com Garantia de bens imóveis com garantia de bens imóveis – ascende a 92,1% e 72,4% respetivamente.

### Informação Quantitativa

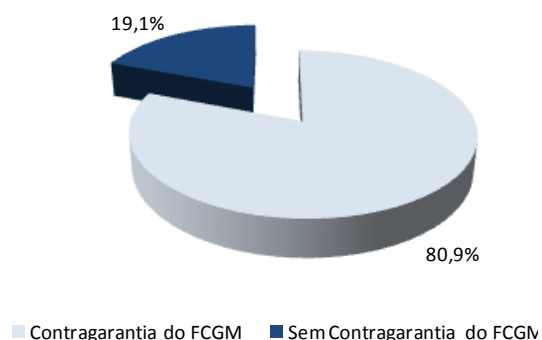


Figura 18 – Composição da Carteira por Tipo de Colaterais de Crédito

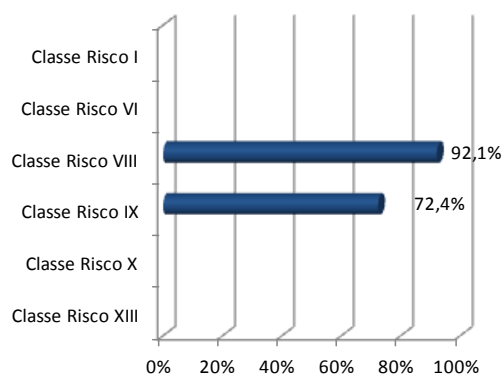


Figura 19 – Grau de Cobertura das garantias por Classe de Risco

Nota: A informação detalhada consta do Anexo pontos 10 e 11.

## 9. Outros Riscos

A Garval calcula os requisitos de fundos próprios para cobertura de risco operacional pelo método do indicador básico. De acordo com este método, o requisito de fundos próprios para risco operacional é igual a 15% do indicador relevante calculado como a média dos últimos três anos da soma de algumas das mais importantes rubricas contabilísticas como sejam, a margem líquida de juros e outras receitas. Em 2012 este indicador diminuiu cerca de 11,6% em relação aos valores registados em 2011.

### Informação Quantitativa

Valores em milhares de euros

		Método do indicador Básico
Indicador Relevante	2010	11 205
	2011	12 670
	2012	11 205
Requisitos de Fundos Próprios		1 754

**Figura 20** – Requisito de Fundos Próprios para Risco Operacional

Em 2012, os requisitos de fundos próprios para riscos operacionais totalizaram 1 754 milhares de euros.

Ao nível do risco de liquidez, a Sociedade tem, por regra, o financiamento através de capitais próprios. Ao nível da aplicação de fundos é política da Sociedade a sua aplicação em depósitos a prazo em Bancos de primeira linha com remuneração e capital garantido, sendo o prazo médio tendencialmente reduzido. Adicionalmente é feita a rotação das entidades recetoras de capital. A Garval adquiriu neste exercício obrigações do tesouro sendo sua intenção deter estes investimentos até à maturidade.

## 10. Análise de Sensibilidade dos Requisitos de Capital

A realização de testes de esforço tem como objetivo mensurar o impacto de choques extremos e adversos nas condições financeiras de uma Instituição, no âmbito dos vários riscos.

### 10.1 Natureza dos Riscos

Apenas os riscos materialmente mais relevantes, risco de crédito, operacional, *Compliance*, sistemas de informação e estratégia foram alvo de testes de esforço.

### 10.2 Modelos Internos para Avaliação do Risco

A Garval efetua testes de esforço (stress tests) em cumprimento da Instrução nº. 32/2009 do Banco de Portugal. Estes testes constituem uma importante ferramenta de avaliação de exposição ao risco da atividade da Sociedade quando exposta a mudanças severas mas plausíveis no enquadramento da mesma.

A execução dos testes de esforço envolve as seguintes unidades de estrutura, cuja competência é a descrita:

- **Comité do Sistema de Garantia Mútua:** planeamento e definição dos testes, análise e proposta dos planos de ação;
- **Conselho de Administração:** definição da magnitude dos impactos e aprovação dos planos de ação;
- **Áreas Operacionais da Sociedade:** disponibilização de informação, submissão de relatórios e implementação dos planos de ação;
- **SPGM:** Departamento de Gestão de Riscos: preparação dos testes, preparação do relatório e implementação dos planos de ação.

A metodologia de cálculo do risco de crédito, no âmbito dos testes de esforço, implica a definição dos impactos das variáveis que afetam a instituição, tendo em conta a envolvente interna e externas, procedendo-se posteriormente à efetiva realização dos testes.

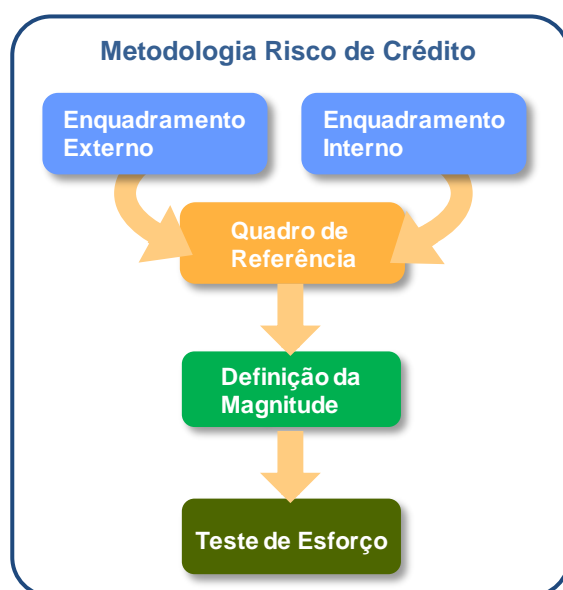


Figura 21 – Metodologia do Risco de Crédito



Figura 22 – Metodologia dos Outros Riscos



Para os riscos, operacionais, compliance, sistemas de informação e estratégia, foram definidas as magnitudes dos eventos desta natureza. Em cada evento são analisados os fatores de mitigação, que correspondem ao efeito decorrente dos mecanismos de controlo interno da Sociedade.

Em cada teste aos eventos, são seleccionadas as rubricas contabilísticas relevantes para o evento em questão, de acordo com os fatores de risco considerados. A determinação quantitativa das perdas esperadas é efetuada com a atribuição de uma percentagem de impacto a cada rubrica contabilística considerada relevante.

Salvo se for especificado no teste, a frequência de realização dos testes de esforço será, no mínimo, semestral.

### 10.3 Análise dos Testes de Esforço

Para os testes de esforço efectuados ao risco de crédito, importa salientar que a simulação do agravamento do nível de execução das garantias não produziu efeitos significativos no rácio de solvabilidade e nos requisitos de fundos próprios.

Nos testes de esforço realizados para os restantes riscos, risco operacional, risco de *compliance*, risco de sistemas de informação e risco de estratégia, não se verificaram impactos relevantes no valor dos ativos, resultados operacionais, requisitos mínimos de fundos próprios, resultados líquidos e rácio de solvabilidade.

## Anexos

## 1. Participações Financeiras

Acionista Promotor	Nº Ações
SPGM - Sociedade de Investimento, S.A.	6 066 499
IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	3 834 500
Banco Espírito Santo, S.A.	3 545 314
Banco Comercial Português, S.A.	2 740 540
Banco BPI, S.A.	2 263 480
Banco Santander Totta, S.A.	2 086 436
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	1 839 830
Turismo de Portugal, IP	1 645 000
Caixa Económica Montepio Geral	240 000
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	69 000
Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A.	500
<b>Total dos Acionistas Promotores</b>	<b>24 331 099</b>
<b>Mutualistas</b>	<b>25 668 901</b>
<b>Total</b>	<b>50 000 000</b>

## RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

### 2. Modelo Adequação de Capitais

Valores em milhares de euros

RUBRICAS	2012	2011	Δ
Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade (1)	51 306	49 397	1 908
Fundos próprios totais para efeitos de solvabilidade (excluindo fundos próprios suplementares) (2)	51 306	49 397	1 908
Fundos próprios de base (3)	51 082	49 134	1 948
Capital elegível (4)	50 000	50 000	-
Capital realizado	50 000	50 000	-
Reservas e Resultados elegíveis (8)	1 410	511	1 921
Reservas (9)	1 410	511	1 921
Resultados transitados de exercícios anteriores, reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos (10)	1 410	511	1 921
Resultados (positivos ou negativos) do último exercício e resultados (positivos ou negativos) provisórios do exercício em curso, quando não certificados (26)	41	1 921	- 1 880
(-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base (53)	- 328	- 355	27
(-) Imobilizações incorpóreas/Activos intangíveis (54)	- 4	- 7	3
(-) Outros activos intangíveis/Imobilizações incorpóreas (55)	- 4	- 7	3
(-) Outros elementos dedutíveis aos fundos próprios de base (57)	- 325	- 348	23
Impostos diferidos activos não aceites como elemento positivo dos fundos próprios de base (61)	- 325	- 348	23
(-) Impostos diferidos activos associados a PRGC (62)	- 325	- 348	23
Fundos próprios complementares (65)	284	263	20
Fundos próprios complementares - Upper Tier 2 (66)	284	263	20
Provisões para riscos gerais de crédito (74)	284	263	20
Por memória: Fundos próprios de referência para efeito dos limites relativos a participações inferiores ou iguais a 10% do capital (86)	5 137	4 940	197
Participações em instituições de crédito e em instituições financeiras inferiores ou iguais a 10% do capital dessas instituições,	- 3	- 3	-
Fundos próprios de base totais para efeitos de solvabilidade (88)	51 082	49 134	1 948
Fundos próprios complementares totais para efeitos de solvabilidade (89)	284	263	20
(-) Deduções aos fundos próprios totais (90)	- 60	-	- 60
Por memória: Fundos próprios de referência para efeito dos limites relativos aos excedentes dedutíveis I (95)	51 366	49 397	1 968
Por memória: Fundos próprios de referência para efeito dos limites relativos aos excedentes dedutíveis II (97)	51 366	49 397	1 968
(-) Excedentes dedutíveis II (98)	- 60	-	- 60
Por memória:			
Fundos próprios de referência para efeito dos limites relativos aos grandes riscos (107)	51 306	49 397	1 908

Retirado os valores nulos.

## RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

Valores em milhares de euros

RUBRICAS	2012	2011	Δ
Requisitos de fundos próprios (1)	19 322	20 317	- 995
Requisitos de fundos próprios para risco de crédito, risco de crédito de contraparte e transações incompletas (2)	17 568	18 766	- 1 198
Método Padrão (3)	17 568	18 766	- 1 198
Classes de risco no Método Padrão excluindo posições de titularização (4)	17 642	18 850	- 1 207
Instituições	9 672	10 419	- 747
Carteira de retalho	6 517	7 084	- 567
Posições garantidas por bens imóveis	183	158	25
Elementos vencidos	34	19	15
Outros elementos	1 236	1 169	67
(-) Provisões para risco gerais de crédito (6)	- 933	- 1 051	117
Requisitos de fundos próprios para risco operacional (21)	1 754	1 552	202
Método do Indicador Básico (22)	1 754	1 552	202
Por memória:			
Excesso (+) / Insuficiência (-) de fundos próprios, antes de requisitos transitórios de fundos próprios ou outros requisitos de fundos próprios (31)	31 984	29 080	2 904
Rácio de Solvabilidade (%), antes de requisitos transitórios de fundos próprios e outros requisitos de fundos próprios (32)	21,2%	19,5%	1,8%
Excesso (+) / Insuficiência (-) de fundos próprios (33)	31 984	29 080	2 904
Rácio de Solvabilidade (%) (34)	21,2%	19,5%	1,8%

Retirado os valores nulos.

### 3. Modelo Distribuição Geográfica das Posições em Risco

Valores em milhares de euros

	2012		2011	
	Posições em Risco Original	Posições em Risco Original (%)	Posições em Risco Original	Posições em Risco Original (%)
Coimbra	93 366	14,57%	101 193	14,27%
Castelo Branco	32 060	5,00%	39 083	5,51%
Leiria	197 459	30,81%	227 751	32,12%
Santarém	117 314	18,31%	132 997	18,76%
Portalegre	7 791	1,22%	9 026	1,27%
Ilhas dos Açores	32 924	5,14%	25 810	3,64%
Outros	159 960	24,96%	173 175	24,42%
<b>Total</b>	<b>640 876</b>	<b>100,00%</b>	<b>709 035</b>	<b>100,00%</b>

## RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

### 4. Modelo Distribuição Setorial das Posições em Risco

Valores em milhares de euros

	2012		2011	
	Posições em Risco Original	Posições em Risco Original (%)	Posições em Risco Original	Posições em Risco Original (%)
C - Industrias Transformadoras	219 553	34,26%	241 117	34,01%
F - Construção	76 548	11,94%	86 761	12,24%
G - Comércio por grosso e a retalho	178 867	27,91%	201 578	28,43%
Outros	165 908	25,89%	179 580	25,33%
<b>Total</b>	<b>640 876</b>	<b>100,00%</b>	<b>709 035</b>	<b>100,00%</b>

### 5. Modelo de Repartição das Posições em Risco Vencidas e Objeto de Imparidade

Valores em milhares de euros

CAE	2012			2011		
	Posições em risco vencidas	Posições em risco de imparidade	Correções de valor e provisões	Posições em risco vencidas	Posições em risco de imparidade	Correções de valor e provisões
A - Agricultura, produção Animal e Caça	8,0	1,0	8,6	1,3	11,0	6,1
C - Industrias Transformadoras	5 911,7	5 462,7	9 855,8	4 140,2	4 434,6	7 495,3
F - Construção	4 488,2	4 233,1	7 290,3	2 438,0	4 091,1	5 055,9
G - Comercio por Grosso e Retalho	5 913,5	3 800,8	8 492,7	3 700,8	3 239,7	5 848,1
H - Transportes e armazenamento	435,1	457,2	826,0	207,2	410,8	477,6
I - Alojamento, Restauração e similares	949,5	1 560,5	2 108,1	425,8	1 313,6	1 284,4
J - Actividades de Informação e de comunicação	80,5	141,0	223,5	67,8	130,8	194,4
K - Actividades Financeiras e de Seguros	146,4	9,4	154,0	153,4	60,7	234,2
L - Actividades Imobiliárias	80,6	88,0	171,9	46,4	99,6	131,9
M - Actividades de Consultadoria, científicas	129,8	367,6	416,6	42,1	286,0	222,4
N - Actividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	515,4	489,7	725,7	137,1	366,5	349,6
Outros CAE's	255,4	1 178,5	4 176,5	143,2	702,7	604,2
<b>Total</b>	<b>18 914,1</b>	<b>17 789,6</b>	<b>34 449,8</b>	<b>11 503,4</b>	<b>15 147,0</b>	<b>21 904,0</b>

## RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

Valores em milhares de euros

Região	2012			2011		
	Posições em risco vencidas	Posições em risco de imparidade	Correções de valor e provisões	Posições em risco vencidas	Posições em risco de imparidade	Correções de valor e provisões
Aveiro	767,2	227,1	996,3	559,9	243,0	800,0
Braga	910,6	249,6	1 126,2	702,6	327,8	951,2
Castelo Branco	1 003,8	1 935,7	2 392,0	589,2	1 315,2	1 374,1
Coimbra	1 618,1	1 645,0	2 935,7	983,9	1 283,4	1 808,6
Ilha de São Miguel	418,3	302,0	598,1	241,2	316,7	498,5
Leiria	5 210,3	5 173,2	8 722,5	3 040,9	4 790,4	6 254,9
Lisboa	1 792,8	1 451,1	2 984,0	1 107,0	1 059,4	1 877,0
Porto	1 569,9	779,2	2 300,9	928,7	626,3	1 480,9
Santarém	4 194,1	4 872,1	7 178,7	2 690,0	4 068,0	5 419,2
Viseu	405,5	229,4	530,3	207,0	427,2	472,3
Outras Regiões	1 023,4	925,2	4 685,3	453,0	689,8	967,0
Total	18 914,1	17 789,6	34 449,8	11 503,4	15 147,0	21 904,0

## RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

### 6. Modelo Correções de Valor e Provisões

Valores em milhares de euros

	2012				
	Saldo Inicial	Reforços	Utilizações	Anulações / Reposições	Saldo Final
Correção Valores Associados ao crédito vencido	11 270,4	9 228,2	- 0,0	1 998,4	18 500,2
Provisões para riscos de crédito	1 530,1	472,9	-	509,1	1 493,9
Para Garantias	10 633,6	5 869,7	-	4 748,2	11 755,0
Anticiclo	2 627,4	73,3	-	-	2 700,7
<b>Total</b>	<b>26 061,5</b>	<b>15 644,0</b>	<b>- 0,0</b>	<b>7 255,7</b>	<b>34 449,8</b>

Valores em milhares de euros

	2011				
	Saldo Inicial	Reforços	Utilizações	Anulações / Reposições	Saldo Final
Correção Valores Associados ao crédito vencido	7 359,5	5 421,2	-	1 510,3	11 270,4
Provisões para riscos de crédito	1 669,9	491,7	-	631,5	1 530,1
Para Garantias	7 079,1	6 909,6	-	3 355,1	10 633,6
Anticiclo	2 346,0	738,5	-	457,0	2 627,4
<b>Total</b>	<b>18 454,5</b>	<b>13 560,9</b>	<b>-</b>	<b>5 954,0</b>	<b>26 061,5</b>

## RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

### 7. Modelo Posições em Risco

Valores em milhares de euros

Classe de Risco	Posição em Risco Original 2012	Posição em Risco Original 2011	Posição em risco média (2012)	Posição em risco média (2011)
Classe de Risco I - Administradores ou Bancos Centrais	6 862	5 074	5 968	2 537
Classe de Risco VI - Instituições	55 459	57 749	56 604	55 033
Classe de Risco VIII - Carteira de retalho	626 719	695 595	661 157	756 199
Classe de Risco IX - Posições de bens imóveis	19 694	17 639	18 666	12 344
Classe de Risco X - Elementos vencidos	18 248	10 926	14 587	10 464
Classe de Risco XIII - Outros Elementos	29 878	27 131	28 504	25 007
Total	756 859	814 112	785 486	861 584



## RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

### 8. Provisões Constituídas por Classe de Crédito Vencido

Valores em milhares de euros

	Crédito Elegível	Provisão Existente
Até 3 meses	666	599
De 3 a 6 meses	1 119	1 063
De 6 a 12 meses	3 319	3 113
De 12 a 24 meses	5 167	5 085
De 24 a 36 meses	2 749	2 746
Superior a 36 meses	5 894	5 894
Total	18 914	18 500

### 9. Modelo Prazo de Vencimento Residual

Valores em milhares de euros

	VR < 1 ano	1 ano < VR < 5 anos	5 anos < VR < 10 anos	VR > 10 anos
2011	7,84%	67,66%	20,02%	4,48%
2012	5,95%	72,26%	15,91%	5,88%

Nota: Apesar de alguns contratos serem de prazo renovável, foi assumido o prazo de vencimento residual a 31 de Dezembro de 2012.

## RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

### 10. Modelo Método Padrão

Valores em milhares de euros

		Ponderadores de Risco								Total
		0%	10%	20%	35%	50%	75%	100%	150%	
Posição em Risco Original por classe de Risco	I	6 861,96	-	-	-	-	-	-	-	6 861,96
	VIII	-	-	-	-	-	626 719,34	-	-	626 719,34
	VI	5 179,12	-	41 310,97	-	-	-	8 968,42	-	55 458,51
	X	-	-	-	-	-	-	17 598,36	649,38	18 247,74
	IX	-	-	-	3 978,67	6 524,58	9 190,60	-	-	19 693,85
	XIII	4,00	-	-	-	27 837,53	2 036,10	-	-	29 877,63
	Total de Posições em Risco Original									
		12 045,09	-	41 310,97	3 978,67	34 362,11	637 946,04	26 566,78	649,38	756 859,04
Posição em Risco por classe de Risco (base de incidência dos ponderadores)	I	6 861,96	-	-	-	-	-	-	-	6 861,96
	VIII	-	-	-	-	-	108 624,80	-	-	108 624,80
	VI	5 179,12	-	559 639,44	-	-	-	8 968,42	-	573 786,98
	X	-	-	-	-	-	-	188,16	158,10	346,26
	IX	-	-	-	900,15	1 801,08	1 435,80	-	-	4 137,04
	XIII	4,00	-	-	-	27 837,53	2 036,10	-	-	29 877,63
	Total de Posições ponderadas pelo Risco									
		12 045,09	-	559 639,44	900,15	29 638,61	112 096,70	9 156,58	158,10	723 634,66
Total das Posições Ponderadas pelo Risco		-	-	111 927,89	315,05	14 819,31	84 072,52	9 156,58	237,15	220 528,50
Deduções aos Fundos próprios										-
Requisitos de Fundos Próprios por classe de Risco	I	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	VIII	-	-	-	-	-	6 517,49	-	-	6 517,49
	VI	-	-	8 954,23	-	-	-	717,47	-	9 671,70
	X	-	-	-	-	-	-	15,05	18,97	34,02
	IX	-	-	-	25,20	72,04	86,15	-	-	183,40
	XIII	-	-	-	-	1 113,50	122,17	-	-	1 235,67
	Total de Posições em Risco									
		-	-	8 954,23	25,20	1 185,54	6 725,80	732,53	18,97	17 642,28

## RELATÓRIO DISCIPLINA DE MERCADO

### 11. Modelo Técnicas de Redução do Risco de Crédito – Método Padrão

Valores em milhares de euros

Decomposição do total das posições por classe de risco	Posição em risco líquida (2012)	Posição em risco líquida (2011)	Posição em risco média líquida (2012)	Posição em risco média líquida (2011)	Proteção pessoal do Crédito: Valor da protecção totalmente ajustado (GA) (2012)		Proteção pessoal do Crédito: Valor da protecção totalmente ajustado (GA) (2011)	
					Garantias	Derivados de Crédito	Garantias	Derivados de Crédito
Classe Risco I - Administrações Centrais ou Bancos Centrais	6 862	5 074	5 968	2 537	-	-	-	-
Classe Risco VI - Instituições	55 459	57 749	56 604	55 033	-	-	-	-
Classe Risco VIII - Carteira de retalho	612 001	681 927	646 964	744 400	503 376	-	563 854	-
Classe Risco IX - Posições com Garantia de bens imóveis	19 089	17 294	18 192	13 641	14 952	0	13 812	-
Classe Risco X - Elementos vencidos	346	190	268	147	-	-	-	-
Classe Risco XIII - Outros elementos	29 878	27 131	28 504	25 007	-	-	-	-
<b>Total das Posições</b>	<b>723 635</b>	<b>789 364</b>	<b>756 500</b>	<b>840 765</b>	<b>518 328</b>	<b>0</b>	<b>577 667</b>	<b>-</b>